

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Terça-feira
8 de agosto de 2017

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano 48.
Nº 11.412
R\$ 1,75



FUNCIONAMENTO: em Estrela, uma unidade avançada aguarda desde o fim do ano passado para funcionar. Custo extra será de R\$ 180 mil por mês

» **TEMA DO DIA**

Dívida do Estado pode acabar com Samu no Vale

» Com os atrasos frequentes do governo gaúcho e a incerteza quanto à regularização dos recursos para a manutenção do serviço, na quinta-feira, os prefeitos irão decidir se bancam a estrutura até o fim do ano, com um repasse extra acima de R\$ 1 milhão, ou se

devolvem as ambulâncias e encerram a operação. Conforme o Consisa-VRT, não há previsão orçamentária, nem garantias por parte da Secretaria Estadual da Saúde para dar continuidade ao serviço.

Página 3

Lidiane Mallmann



UMA EMPRESA COMPROMETIDA EM BEM SERVIR AOS SEUS CLIENTES.

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS

Fone: (51) 3714.6588
locadora@boxlocadora.deveiculos.com.br
Av. Alberto Pasqualini, 641 | Americano | Lajeado/RS

Dullius investe em novas lojas
Página 6

Consulta Popular: região tem a menor taxa de envolvimento dos municípios no Estado
Página 8

» **PELO VALE**

Bom Retiro faz sindicância sobre erro em obra
Capa - Pelo Vale

Nesta edição



SUJEITO A ANÁLISE DE CRÉDITO

DIA DOS PAIS

CALÇADOS, POLOS, CALÇAS, JAQUETAS, CAMISAS E CAMISETAS

ATÉ **50%** DESC.

SEMANA DO

HOMEM

10x

SEM JUROS

*PEÇAS ETIQUETA VERMELHA

dullius



fotos Lidiane Mallmann

EM ANÁLISE: prefeitos farão uma reunião para decidir o futuro do custeio do serviço na região

Vale decide, na quinta-feira, se mantém o custeio do Samu

Para continuar, municípios terão que aportar mais de R\$ 1 milhão até o fim do ano



Rodrigo Nascimento
rodrigon@informativo.com.br

» Vale do Taquari

A partir das 9h30min de quinta-feira, a continuidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) estará em discussão na sede da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat). A reunião foi convocada para que as cidades decidam se continuam bancando a parte de financiamento do serviço, a qual compete ao Estado, ou devolvem as ambulâncias. O rombo na conta do Samu ultrapassa a marca dos R\$ 869 mil e deve superar R\$ 1 milhão até o fim de 2017.

Nilton Rolante é o secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari (Consisa-VRT). É o consórcio que paga as empresas prestadoras do serviço, com recursos repassados pelas prefeituras atendidas. "A dívida vem desde 2014. Já houve até ações trabalhistas, e a situação está insustentável. Calcula-se que até o fim do ano, o valor pendente ultrapasse R\$ 1 milhão", projeta Rolante.

Segundo ele, os prefeitos irão decidir o que fazer com o Samu, pois será necessário que cada cidade faça aporte extra de verbas para o pagamento. "Apenas Lajeado e Estrela têm recebido recursos porque ajuizaram ações na Justiça. Existe uma dívida grande, e boa parte dela é com Lajeado. Desse total de R\$ 869 mil, R\$ 500 mil são das unidades de Lajeado", revela.

Inativa

O problema financeiro do Samu é maior do que a dívida. Em outubro de 2016, Estrela recebeu uma segunda ambulância, para implantação do suporte avançado, para atendimento com médico em casos mais graves.

Desde então, o veículo é utilizado como uma espécie de ambulância "reserva" da unidade básica do município. "Colocar em operação mais uma unidade avançada seria elevar o custo do serviço em mais R\$ 180 mil por mês", pontua Rolante.

Sem previsão

Conforme Ramon Zuchetti, da 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, a crise financeira que o Rio Grande do Sul enfrenta força o governo a limitar recursos. "Houve queda na arrecadação, e, hoje, a administração depende da aprovação do plano de recuperação fiscal para reorganizar as finanças."

O coordenador reconhece que os valores devidos aos municípios estão em atraso e comprometeu-se a tentar alinhar um calendário para regularização dos repasses à região.

Mais de R\$ 2 milhões

Conforme o titular da Secretaria da Saúde de Lajeado, Tovar Musskopf, estima-se que a dívida do Estado com Lajeado esteja em R\$ 2 milhões. Desde o governo passado, o município cobra na Justiça o valor devido mensalmente. Esses recursos são utilizados para pagamento do Programa de Saúde da Família, custeio da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e para o pagamento dos serviços do Samu.

A situação do Samu do Vale é reflexo da ausência de pagamentos por parte do governo gaúcho, conforme levantamento feito pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), divulgado no começo do mês.

Estima-se que o Piratini deva R\$ 400 milhões às prefeituras, como coparticipação no custeio dos serviços de emergência e saúde da família. "É preciso fortalecer o Consisa-VRT e unir força com a associação dos municípios para que o Estado seja pressionado", afirma Musskopf.

NOVA AÇÃO

No início do mês de agosto deste ano, a Prefeitura de Taquari também ingressou com uma ação contra o Estado e teve parecer positivo para conseguir cobrar repasses em atraso para a saúde. O passivo ultrapassa R\$ 1,2 milhão, mas não será recuperado por meio desse processo. A decisão ordena que a Saúde repasse em dia os valores para a cidade a partir do mês de agosto.



"É preciso fortalecer o Consisa-VRT e unir força com a associação dos municípios para que o Estado seja pressionado."

Tovar Musskopf,
secretário municipal da Saúde de Lajeado

GERAÇÃO DE ENERGIA

Solução para o lixo

Lajeado aposta na geração de bioenergia para resolver o problema do lixo. E é muito lixo. A maior cidade do Vale do Taquari produz, em média, 60 toneladas por dia. Disso tudo, cerca de 5% é encaminhado à reciclagem. O restante vai para as células do aterro sanitário. O secretário de Meio Ambiente, Luis Benoit, explica que a ideia é transformar o beneficiamento dos rejeitos, com a contratação de uma empresa, através de uma parceria público-privada. "Não queremos mais enterrar lixo, abrir células do aterro nem gerar passivo de chorume. Buscamos uma solução sustentável, com a produção de energia, para chegar aos 100% de aproveitamento", observa o químico industrial.



A Secretária de Meio Ambiente

avalia tecnologias para produção de energia que não envolvam a queima dos resíduos. A química industrial Gabriela Roehrs cita a pirólise, com aquecimento indireto, que não gera gases tóxicos. Uma solução sustentável que ainda poderia abastecer o próprio gerador e as instalações do aterro, dependendo do tipo de processo e empresa escolhidos. As cinzas residuais seriam utilizadas na fabricação de blocos, para arruamento.

a atual célula, com lixo em decomposição, atingiu em julho **40%** de sua capacidade de ocupação, que é de **134.866 m³**



Luis Benoit, secretário de Meio Ambiente de Lajeado

Na teoria, sistemas como a pirólise seriam o fim do aterro sanitário: o material contaminado, que não pode ser reciclado, alimenta o reator, que gera energia. Mas, como lembra o secretário Luis Benoit, Lajeado tem um passivo de chorume para cuidar.



O chorume está se acumulando e coloca em risco a operação do aterro sanitário e compactação de lixo dentro da célula. Depois de cerca de dois anos sem tratamento, o líquido proveniente da decomposição do lixo é uma questão urgente", alerta. Hoje, é apenas submetido à circulação, uma medida paliativa que evita o lançamento no meio ambiente.

O poço onde fica o chorume chegou a transbordar, no mês passado, pela queima da bomba de drenagem. Trocado o equipamento, Lajeado vai contratar, temporariamente, uma empresa para tratamento de efluentes do aterro.

Central de triagem recebeu investimentos e pode até contar com mais trabalhadores

Na prática...

... a separação e a coleta seletiva precisam funcionar. Para que a geração de energia a partir do lixo seja o fim dos aterros sanitários, não dá mais para descartar tudo misturado. "Colocando em diferentes sacos o que é seco e o que é orgânico já chega muito melhor ao pessoal da cooperativa", destaca Gabriela Roehrs, referindo-se à central de triagem.

A população deve fazer a sua parte, respeitando o dia da coleta seletiva, e colocando o orgânico nos demais - melhor ainda se compostar. Luis Benoit anuncia melhorias para este tipo de recolhimento.



Luis Benoit detalha. "Vamos mudar o horário da coleta seletiva, não pode ser após as 17h - apenas quatro bairros a têm a partir das 8h. Faremos uma audiência pública para determinar o melhor momento para os catadores fazerem seu trabalho. É inadmissível, num sábado movimentado, congestionamento na Júlio de Castilhos por causa dos carrinhos", explica o secretário, que avalia a ampliação do número de dias de coleta de reaproveitáveis. "Minha ideia é que tudo isso não chegue ao aterro sanitário."

A separação correta para reciclagem aumenta a vida útil do aterro e diminui custos - a manutenção sai por cerca de

R\$2 milhões

por ano. "Se houver critério em casa e mudança de horários da coleta seletiva, vai diminuir muito o problema do lixo", acredita o titular da Sema.

A prefeitura vai implantar, em parceria com a Universidade do Vale do Taquari (Univates), um projeto-piloto com containers para recebimento de recicláveis. A iniciativa, em parte do Bairro Moinhos, vai contar com ações de Educação Ambiental. "Não adianta ter o melhor projeto se as pessoas não contribuirão. Vamos fazer um trabalho intenso, com foco nas escolas, de conscientização", reforça Luis Benoit.



Gabriela Roehrs, responsável técnica pelo aterro sanitário



DE LIXO A ENERGIA

Entenda o caminho feito pelo lixo desde a sua casa até o aterro sanitário. E descubra como estamos pensando em transformar isso em energia renovável.



Se você tem uma boa ideia ou conhece alguma empresa que possa se interessar, compartilhe. Podemos transformar o lixo de todos nós em uma nova fonte de geração de energia e renda. Para mais informações, **acesse www.lajeado.rs.gov.br e o link Chamamento Público**



PREFEITURA DE
LAJEADO

a gente se
orgulha
daqui

TRÂNSITO

Acidentes com motos matam duas pessoas

DANIEL BORTOLINI/GRUPO INDEPENDENTE



Na manhã de ontem, Alceu Antônio Schons, 5, conduzia uma moto quando bateu em um poste. No sábado, acidente vitimou Argel Gregory, 19. **Página 11**

ESTRELA

Grupo planeja solução para canis lotados

Criação de um conselho e do fundo de amparo aos animais são duas estratégias para diminuir sofrimento de cães e gatos abandonados. Canis têm mais de 200 animais para doação. **Página 6**

LEIS TRABALHISTAS

Ministro antecipa mais mudanças

Ronaldo Nogueira palestrou para empresários em Lajeado. O gaúcho de Carazinho disse que o governo Temer pretende alterar as regras quanto a empregos para PCDs e cotas raciais. **Página 4**

PEDÁGIOS NA BR-386

Temer acelera plano de concessão viário

Presidente inclui a rodovia no Plano Nacional de Desestatização (PND)

O presidente Michel Temer assina decreto para incluir a BR-386 no PND, criado em 1997, e que serviu de base para o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), iniciado em 2016. O objetivo é fazer com

que a administração pública concentre esforços em atividades consideradas fundamentais às prioridades nacionais, repassando o controle de bens, empresas e serviços à iniciativa privada **Página 8**

Sem restauro, casa histórica pode cair

RODRIGO MARTINI



PATRIMÔNIO

A casa do ex-prefeito de Lajeado, Bruno Born, segue como refúgio para viciados. Ontem, equipe da prefeitura limpou o pátio. Servidores alertam para riscos de paredes desabarem sobre invasores e uma creche **Página 3**

DIA DOS PAIS

CALÇADOS, POLOS, CALÇAS,
JAQUETAS, CAMISAS E CAMISETAS

ATÉ **50%** DESC.

SEMANA DO
HOMEM

10x
SEM JUROS

*PEÇAS ETIQUETA VERMELHA

dallus

Antiga casa de Bruno Born corre o risco de desabar

Imóvel ao lado de creche é habitado por pessoas sem-teto

RODRIGO MARTINI

rodrigomartini@jornalhora.inf.br

LAJEADO

A história do centro antigo está em ruínas. Ontem uma equipe da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (Seosp) limpou um terreno às margens do Rio Taquari, próximo de onde fica um dos prédios históricos de maior valor cultural da cidade: a antiga residência do ex-prefeito Bruno Born. O imóvel foi repassado ao governo municipal em 2014 e, desde então, nada foi feito para conservá-lo.

O que sobrou da estrutura erguida em 1922 corre o risco de desabar, informa o servidor da Seosp, Adi Cerutti. Ele coordenou a limpeza do terreno na manhã de ontem. “Tem paredes que podem cair sobre a creche”, alerta. A Escola Municipal de Ensino Infantil Risque e Rabisque fica ao lado da casa histórica, quase colada ao restante da parede da antiga residência.

Mas o risco também se estende aos atuais “moradores” da residência abandonada. São pelo menos quatro pessoas vivendo sob os escombros que restaram após incêndios. Uma delas é Bruna Guimarães Rosa, 27. Ela relatou inicialmente em dizer o nome, mas garante estar sendo sincera.

Ela vive no local devido ao vício no crack. “Fumo faz 13 anos”, confirma. Antes, segundo ela, vivia com os pais, no bairro Montanha. Junto de outro morador de rua, a quem Bruna chama de “meu baby”, e de outros dois catadores



Casa foi parcialmente destruída em setembro de 2013, após incêndio. Desde então, situação só piorou



Moradores de rua e dependentes químicos fizeram do imóvel o seu lar

de material reciclável, chamados por ela de “meus pais da rua”, ela divide alguns cômodos que sobram nos fundos do imóvel.

O chão é coberto de lixo e objetos cortantes. Alguns semelhantes

a facas e facões. Há pelo menos quatro cachorros – um deles ainda filhote – vivendo no local. Duas cobertas velhas evitam a entrada dos raios de sol e da chuva, dependendo do dia. Há também dois col-

chões sujos usados por ela e pelo “baby”, um rapaz loiro, magro, e aparentando pouco mais de 20 anos. Ele prefere não se conversar com a reportagem.

“Já foi melhor de morar aqui. Antes do incêndio, eu vivia no segundo andar. Tinham os quartos ainda. Mas agora só sobrou isso”, relembra. Questionada se precisa de alguma ajuda, diz já ter sido internada duas vezes no Hospital Bruno Born (HBB) para tentar fugir do vício. Não funcionou. Ela fugiu. “Não vou mentir. Está bom assim. Não quero sair”, resigna-se.

A casa improvisada tem um sofá surrado e uma poltrona. Tudo foi retirado do lixo. O local não conta com água potável. E Bruna se prostitui para manter o vício na pedra. “Sou aquilo que chamam de,

como é mesmo? Ah, profissional do sexo”, ri. Sobre o restante do imóvel, ainda mais capenga do que os dois cômodos usados por ela e os três amigos, ela diz: “ali vive uma ‘penca’ de gente.”

Sem projetos

à casa histórica

O imóvel de 95 anos pertence ao governo municipal desde junho de 2014. Naquele mês, foi confirmada a escritura pública de doação ao município. Quase seis meses depois, em 16 de dezembro de 2015, foi averbada a matrícula. Naquela época, a residência já estava bastante deteriorada, principalmente após o incêndio em setembro de 2013.

Em agosto do ano passado, a então secretária de Planejamento (Seplan), Marta Peixoto, informou ao jornal que o Executivo aguardava a finalização de um projeto de recuperação da casa, a ser produzido por uma arquiteta da prefeitura especializada em restauros. “A ideia é reconstruir com as mesmas características do prédio original”, disse ela, à época. Havia planos de implantar restaurante, museu, local para exposições e até a sede do Departamento de Trânsito naquele local.

Nada foi feito desde então. Questionado sobre o futuro do imóvel, o atual secretário da Cultura, Esporte e Lazer (Secel), Carlos Reckziegel, afirma que “existe a ideia de futuramente se elaborar um projeto para a ocupação do espaço da Casa de Bruno Born com a captação de recursos para restauração e posterior uso com fins culturais.”

Entretanto, cita Reckziegel, esse projeto, que já foi tema de reuniões da Secel este ano, ainda não teve início e não há previsão de começar até o fim deste ano. Além disso, informa o governo municipal, foi providenciada a limpeza do terreno e medidas serão tomadas para o fechamento dos buracos nas paredes e para o aumento do muro, a fim de evitar invasões e uso indevido do espaço.



CARLOS RECKZIEGEL
SECRETÁRIO DE CULTURA

Conselho Contábil investe em educação continuada

LAJEADO

Com pelo menos 80 contabilistas formados ao ano, o polo do Vale desponta como um dos focos do setor no estado.

Ontem o vice-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRC), Marcio Schuch Silveira, esteve na cidade a fim de divulgar o trabalho da entidade, focada na educação continuada.

Metade do orçamento do conselho, segundo Silveira, é aplicada em cursos e palestras aos profissionais da área. Até mesmo aulas on-line são oferecidas, com o in-

tuito de manter os contabilistas atualizados.

Isso se deve às mudanças na legislação contábil, intensificadas desde 2008, quando o Brasil adotou as normas internacionais de contabilidade. “A necessidade de atualização é diária”, afirma Dani José Petry, delegado regional de contabilidade.

Há algumas décadas, o profissional contábil assumiu papel menos operacional nas empresas, e mais estratégico, comenta. “Ele é o responsável por aliar a visão econômica à visão empreendedora.” Com o agravamento da crise, nestes

últimos anos, o contador tem se tornado ainda mais indispensável, afirma Silveira.

Outra mudança está nas questões de gênero. Antes, predominante masculina, a contabilidade também passou a ser um espaço feminino. Hoje, dos 40 mil contadores e técnicos do RS, 49% são mulheres.

A previsão é que esse cenário seja ainda mais feminino nos próximos anos, aponta. Inclusive na região. Nos 14 municípios da delegacia, há 500 profissionais da área e estima-se que apenas 20% dos novos contadores sejam homens.



Silveira (e) e Petry (d) afirmam que mudanças exigem atualização contínua

CAROLINA CHAVES DA SILVA

Concerto interdita passagem

LAJEADO

A Secretaria de Obras e Serviços Públicos (Seosp) reformará a passagem sobre a tubulação que dá escoamento ao Arroio Saraquá, na rua João Benno Mallmann.

A via fica situada entre a ERS-413 e a rua 1º de Maio, sendo uma das ligações entre os bairros São Bento e Moínhos D'Água.

Conforme o titular da Seosp, Cassiano Jung, a obra iniciará amanhã e ocasionará a interdição da passagem por no mínimo uma semana. Nesse sentido, motoristas e pedestres terão de usar trechos alternativos para se deslocar entre os bairros. O investimento na melhoria, incluindo material e mão de obra, será de R\$ 17,5 mil.

Município pinta vias urbanas

IMIGRANTE

Para melhorar a segurança dos motoristas, está sendo realizada a pintura da sinalização horizontal da malha viária do município.

A empresa vencedora da licitação irá realizar a pintura de todas as faixas e quebra-molas da área urbana da cidade, bem como a pintura das faixas de borda e central do centro até a divisa com Colinas, e na área urbana de Daltro Filho.

O trecho compreendido entre o centro e o bairro Daltro Filho é de responsabilidade do Daer que já se comprometeu a efetuar a pintura nas próximas semanas.

O valor do contrato com a empresa vencedora da licitação para a melhoria da sinalização horizontal é de R\$ 62.498,99.



Empresa faz a pintura de todas as faixas e quebra-molas



Canil da Aepe tem cerca de 70 cães. Voluntários se revezam para cuidar dos animais. Outros 100 são atendidos no canil gerenciado pelo município

Abandono de cães superlota canis

Mais de 170 animais estão para doação pelo município e ONG

CASSIA COLLA
cassia@jornalhora.inf.br

ESTRELA

Cerca de 170 cães e mais de 30 gatos estão em abrigos e esperam um lar adotivo. Os animais ficam no canil da Associação Estrelense de Proteção aos Animais (Aepe) e no canil municipal. Pelo menos 32 deles estão em lares provisórios devido à superlotação dos dois espaços.

Em 11 anos de atuação, a Aepe já conseguiu doar cerca de mil animais. O espaço com as baias foi cedido pela prefeitura e reúne cães que pedem por um lar seguro e responsável. Ao lado, em meio à mata, casinhas foram colocadas para servir de abrigo aos gatos que são abandonados nas proximidades.

A entidade acumula uma dívida de R\$ 11 mil. O valor é referente a despesas com veterinário e medicamentos. Sobrevive neste período com ação dos voluntários que vendem artigos no brechó no Calçadão e do bazar promovido nas quintas-feiras.

Segundo a presidente da Aepe, Tiane Cagliari, desde julho, a entidade recebe cerca de R\$ 3 mil mensais do município. O valor viabiliza a compra de ração e o pagamento de outras despesas. "Muitas pessoas nos ajudam doando ração. Na

última Cãozinha organizada pela prefeitura, foi doada mais de uma tonelada."

As adoções não seguem o mesmo ritmo do abandono. Enquanto um animal é doado, outros dois são abandonados. "Há pessoas que nos ligam e alegam que não querem mais ficar com o bichinho e querem que nós encontremos um lar. Se não fizermos isso, dizem que vão largar na rua."

Identificação

Na avaliação de Tiane, falta consciência e responsabilidade por parte de muitas pessoas. "Têm muitos cães nas ruas que têm donos. Mas as pessoas não têm o cuidado de mantê-lo dentro do pátio. Muitas vezes somos chamadas para recolher e quando chegamos o animal tem tutor."

Para ela, é necessária uma política de castração e chipagem. "Com isso, é possível identificar o animal e o seu tutor." Reforça que com a castração é possível controlar a multiplicação de animais.

Fundo atende demandas

A necessidade de políticas de proteção aos animais motivou a

criação de um fundo municipal e de um conselho para fiscalizar as ações. A proposta foi idealizada pelo vereador Marco Wermann (PV). A matéria foi aprovada em julho pelo Legislativo.

O conselho ainda não foi estruturado e depende de trâmites internos para começar a ser organizado. A origem dos recursos será definida junto ao orçamento para 2018.

De acordo com a proposta, o objetivo do fundo é garantir recursos para futuros projetos como a chipagem e a castração, tornando maior o controle e exigindo responsabilidade dos tutores de animais.



Tiane Cagliari
Presidente Aepe

Com a chipagem, será possível identificar os animais domésticos e criar um Registro Geral do Animal (RGA), com data e número, nome, sexo, raça, cor, idade real ou presumida e informações dos tutores.

Com a identificação, o município teria um maior controle de quantos animais há em cada residência, nas ruas, e, nos casos necessários, esses seriam encaminhados à castração, para que haja um maior controle da natalidade, diminuindo o número de filhotes abandonados.

Na avaliação de Tiane, o controle populacional dos animais por meio da castração resolveria 90%

dos problemas. "Aqueles que têm condições que paguem o procedimento, mas para aqueles que não têm é necessário um programa que atenda essa demanda."

Problema histórico

O abandono de animais é um problema antigo que atinge diversos municípios da região. Uma matéria publicada em 2013 mostra que em Estrela havia uma população estimada de oito mil cães e gatos.

Na época a ONG tinha cem animais disponíveis para adoção. O número reduziu nos últimos anos, mas ainda é considerado alto.

Ação solidária

Além de manter o canil, os voluntários da ONG atendem denúncias de maus-tratos. Em alguns casos, as situações averiguadas levam o grupo a auxiliar famílias que passam por dificuldade.

"Teve uma família em que o homem e a mulher estavam desempregados, tinham filhos pequenos e estavam cortando laranja para os cães comer. Era o único alimento que eles tinham. Não era maldade, mas os cães choravam de fome."

Os voluntários levaram ração para os cães e fizeram uma campanha para arrecadar doativos para a família. "Vamos ajudá-los até que eles tenham condições de manter os cães. Hoje os animais estão lindos. Mas acho que os vizinhos, antes de apontar, deveriam conversar, verificar o que estava acontecendo e ajudar aqueles que precisam."